

PARECER TÉCNICO

Empreendedor: Tennessee Empreendimentos Ltda Empreendimento: Loteamento Manoel Brandão Atividade: Loteamento residencial Endereço de Correspondência: AV Afonso Pena, 262/2109 Localização do Empreendimento: Fazenda Campinho, Rodovia Pedro Leopoldo, Km 18 Município: Pedro Leopoldo - MG Referência: Auto de Infração 1.163/2002	Classe: II
---	-------------------

RESUMO

O presente Parecer Técnico analisa a defesa relativa ao Auto de Infração nº 1163/2002

O empreendimento denominado Loteamento Manoel Brandão, encontra-se em processo de Licença de Instalação, em caráter corretivo, e localiza-se no Município de Pedro Leopoldo. Abrange área total de 91,80ha localizado na Zona de Expansão Metropolitana de Pedro Leopoldo, junto à divisa com o município de Ribeirão das Neves.

O Loteamento Manoel Brandão é de responsabilidade da Tennessee Empreendimentos Ltda que propõe 1.227 lotes, com área média de 200 m². De acordo com o RCA, o empreendimento destina-se ao uso predominantemente residencial unifamiliar por população de baixa renda e atividades comerciais e serviços de apoio de caráter local.

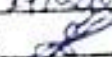
Este foi vistoriado no dia 30/09/2002, quando se verificou uma série de irregularidades que vêm causando danos ambientais, urbanísticos e aos direitos dos consumidores, tais como:

- Implantação do loteamento, já em processo de ocupação, sem a licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.
- Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APPs) de nascente e curso d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos, provocando o assoreamento de cursos d'água.
- Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento de esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras, situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água para abastecimento. Verificou-se também a queima e a disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área.

Assim, foi lavrado o Auto de Infração nº 1163/2002 com fundamento nos incisos 1, 6 e 8 do § 3º do Decreto Estadual n. 39.424/98, em conformidade com o relatório de vistoria da equipe da FEAM em 30/09/2002.

Este Parecer Técnico conclui que o Auto de Infração é procedente e recomenda a aplicação das penalidades cabíveis.

Divisão de Projetos Urbanísticos e Infra-Estrutura de Transporte - DIURB		Diretoria de Atividades de Infra-Estrutura - DIRAI
Autores: Alexandre Gomes Damasceno Fabiana Alves Fiore Fabrícia Ferreira e Sá Rosylla Cristina Corteletti	Gerente: Benerval A. Laranjeira Filho	Diretor: André Wagner Ribeiro
Assinatura:  Data: 17/02/2003	Assinatura:  Data: 17/02/2003	Assinatura:  André Wagner Ribeiro Diretoria de Atividades de Infra-Estrutura Data: 17/02/2003

FEAM
PROTOCOLO Nº 010.257/2003
DIVISÃO: DIURB 17/02/03
MAT.: — VISTO: 



INTRODUÇÃO

O presente Parecer Técnico analisa a defesa relativa ao Auto de Infração nº 1163/2002

O empreendimento denominado Loteamento Manoel Brandão, encontra-se em processo de Licença de Instalação, em caráter corretivo, e localiza-se no Município de Pedro Leopoldo. Abrange área total de 91,80ha localizado na Zona de Expansão Metropolitana de Pedro Leopoldo, junto à divisa com o município de Ribeirão das Neves.

O Loteamento Manoel Brandão é de responsabilidade da Tennessee Empreendimentos Ltda que propõe 1.227 lotes, com área média de 200 m². De acordo com o RCA, o empreendimento destina-se ao uso predominantemente residencial unifamiliar por população de baixa renda e atividades comerciais e serviços de apoio de caráter local.

DISCUSSÃO

O COPAM concedeu Licença Prévia ao empreendimento com validade até 25 de junho de 2001, condicionada ao cumprimento de diversas medidas. O prazo de licença expirou sem o cumprimento das condições impostas e sem o requerimento da Licença de Instalação – LI em seguida.

Em 08 de maio de 2002, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, através de ação cautelar pleiteou a imediata suspensão de qualquer intervenção no imóvel onde estava sendo feita a implantação do loteamento, até que fosse obtida, junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, a competente Licença Ambiental – LI do empreendimento.

Em 07 de agosto de 2002, foi protocolado na FEAM o pedido de Licença de Instalação, em caráter corretivo, do Loteamento Manoel Brandão, processo.nº004/1999/002/2002. Os estudos apresentados revelaram-se deficientes, prejudicando a análise.

Em 30 de setembro de 2003, o empreendimento foi vistoriado por técnicos da FEAM, quando se verificou que este se encontrava com cerca de 25% dos lotes ocupados e com 80% das vias abertas, mas sem pavimentação e infra-estrutura de água, luz, esgoto, sistema de drenagem, transporte coletivo e coleta de lixo.

A discussão protocolada em defesa ao auto de infração alega que o empreendimento não é ilegal, irregular ou clandestino, pois recebeu anuência prévia da Secretaria do Estado Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN, foi aprovado pelo município de Pedro Leopoldo e registrado no Cartório de Registro de Imóvel do mesmo município. Cita a Resolução CONAMA nº 237/97, que define as atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, alegando que esta é posterior ao requerimento de aprovação da planta de parcelamento, e que a ele não seria aplicável.

Rubrica do Autor

Parecer Técnico DIURB Nº 008/2003
Processo COPAM Nº 004/1999/003/2002

20/11/2003
[assinatura]
[assinatura]

O licenciamento ambiental de loteamentos de solo urbano é de competência do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM. A licença ambiental estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos que são fontes de poluição e atividades modificadoras do meio ambiente. A certidão de aprovação do município faz parte do procedimento de licenciamento ambiental devendo constar, obrigatoriamente, declaração de que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo. A anuência prévia do SEPLAN refere-se a aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos urbanos pelos Municípios.

Vale ressaltar que o Decreto Estadual 39.424/98 esclarece sobre a obrigatoriedade de regularização dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental junto ao COPAM¹, caso em que se enquadra o Loteamento Manuel Brandão.

Sendo assim, procede a constatação da irregularidade de implantação de loteamento sem Licença de Instalação e Licença de Operação, infringindo o inciso 1, § 3º do Decreto Estadual n. 39.424/98, conforme descrito no Auto de Infração em discussão.

A afirmativa da defesa do Auto de Infração de que *"não houve, data vênua, degradação ambiental causada pelo empreendedor, por cortar Floresta Atlântica Semidecidual para a abertura do sistema viário, pois a flora local, abrangida por aproximadamente 90% do loteamento, caracteriza-se, de forma predominante pelo tipo cerrado..."* é improcedente, já que as interferências promovidas para a instalação do empreendimento exigiram a supressão de remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual, apesar de também ocorrer a tipologia cerrado na área do empreendimento, fato comum em terrenos que se inserem no Domínio da Mata Atlântica.

Tal afirmação é corroborada pelo Parecer Técnico do IEF (em anexo), datado de 09/07/1998, em anexo, que cita: *"Ocorre campo sujo em grande área (parte) da propriedade, pois anteriormente foi utilizada para a agricultura, observa-se que a tipologia denominada de Floresta Estacional Semidecidual, ocorre na propriedade em locais onde se pretende efetuar o parcelamento do solo, distribuídas aleatoriamente de forma adensada..."*.

É citado ainda na defesa do auto que *"O extrato arbóreo é ralo..."* Tal afirmativa também é refutada pelo referido Parecer Técnico, onde cita que a *"Floresta Atlântica Semidecidual encontra-se de forma adensada"*, como também pode ser verificado observando-se a área do empreendimento em planta do Levantamento aerofotogramétrico (ortofoto) esc: 1:10.000 (em anexo), realizado pela CEMIG – voo 1989 - e também pelas fotos tiradas da área do empreendimento na vistoria realizada em 30-09-2003, anexa a esse Parecer, onde se atesta a existência de Floresta Atlântica Semidecidual, com o estrato arbóreo denso.

A defesa ao auto alega que não ocorreram intervenções em Área de Preservação Permanente – APP de curso d'água, assoreamento e aterramento de pontos de afloramento de lençol freático, conforme citado abaixo:

"não aconteceu, do mesmo modo, intervenção direta em área de preservação permanente (APP) de nascente e cursos d'água, que tivesse origem em ocupação da mesma, por lotes e

¹ Art. 12, § 1º, § 2º, § 3º, § 4º

Rogério F. Silva
PRC

feam

original. Entretanto, o assoreamento, ocorrido nos últimos anos, e a obstrução do escoamento, em propriedade contígua, fez com que no período chuvoso, crescesse o limite do espelho d'água, alterando, nesse período, apenas de forma aparente, o que seria a Área de Preservação Permanente, e que é somente uma área temporária de várzea, proveniente dos fatos narrados. No que diz respeito ao pretense aterramento de nascentes, que não existem, deve ser considerado que a abertura do sistema viário também provocou a retenção da água da chuva nas áreas mais planas, e como o escoamento da água para aquíferos mais profundos não tem sido satisfatório, tem ocorrido o represamento em lençóis rasos, conhecidos como de aluvião, e por isto, em determinadas áreas, ao cavar-se um buraco mais profundo, encontra-se água de chuva represada, e não nascente, propriamente dita, por se tratar de vazões de aquíferos bem rasos, com água imprópria para o consumo”;

“quanto aos recursos hídricos, deve ser dito que o Ribeirão dos Pilões passa próximo ao loteamento, sendo tangente à área junto à divisa noroeste, existindo no local uma mata ciliar em estágio elevado de recuperação e que não foi alterada pelo empreendimento. O Ribeirão não apresenta qualquer ligação superficial com a Represa das Traíras e encontra-se completamente poluído, sem sinais de vida, com suas margens repletas de lixo proveniente do bairro contíguo, “Santinho”, adjacente ao empreendimento ora impugnado, e de forma alguma a abertura do sistema viário modificou este ou outros cursos d'água, provocando a retificação dos mesmos ou seu assoreamento”.

Na vistoria de 30-09-2002, foram observados:

- processos erosivos em estágio avançado, acelerados pela remoção da cobertura vegetal para implantação das vias, demarcação e ocupação de lotes, que contribuíram para o assoreamento e soterramento nos pontos em que o lençol freático está aflorando, ao longo da Av. 01 e 02;
- a área institucional 01, e vários lotes estão implantados dentro dos limites de Área de Preservação Permanente (APP);
- na quadra 27 da Av. 02, os lotes foram implantados em áreas alagadiças, não respeitando as faixas *non aedificandi*;
- ao longo da Av. 2, foi verificada a presença de leito de curso d' água que foi retificado e encontra-se totalmente assoreado devido à implantação do sistema viário no empreendimento de forma descuidada.

A movimentação de solo gerada pela implantação do empreendimento, demarcação de lotes e sua ocupação parcial resultou na modificação do escoamento das águas superficiais e subsuperficiais e em um processo de deposição de sedimentos no curso d'água, verificada na Av. 02 e na área de várzea como um todo.

A alteração da movimentação da águas superficiais e subsuperficiais, que corresponde a todo deslocamento das águas no solo, como infiltração (movimento da água que penetra no subsolo a partir da superfície) e capilaridade (movimento associado às tensões de um solo no qual a água intersticial alcança pontos acima do nível freático) estão comprometendo a franja capilar (zona acima do lençol freático onde espaços porosos são preenchido com água), afetando diretamente a recarga do lençol freático, que, na área, está bem próximo a superfície.

O processo de assoreamento consiste na acumulação ou concentração de partículas sólidas em meio aquoso, iniciando-se quando a força do agente transportador natural (curso d'água) é subrepujada pela força da gravidade. Assim, o assoreamento ocorrido na área, conforme verificado na vistoria de 30/09/02, corresponde ao processo de

Rubrica do Autor

Parecer Técnico DIURB Nº 006/2003
Processo COPAM Nº 004/1999/003/2002

acumulação excessiva de sedimentos, nas vias hídricas, em locais onde a deposição do material prepondera em relação a sua capacidade de transporte.

80
FLS.
COPAM
ASS.
TAL. CONSELHO

Vale ressaltar que, segundo o art. 2º da Lei Federal n. 4.771/65, a APP de curso d'água deve ser considerada a partir do seu nível mais alto em faixa marginal.

Cabe esclarecer que, em nenhum momento, o Relatório de Vistoria de 30-09-2002 se refere ao Ribeirão dos Pilões, mas sim ao leito de curso d'água que existe ao longo da Av. 2.

O argumento da defesa é incoerente e não tem embasamento técnico. Dessa forma, procede a constatação da irregularidade do empreendimento por causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa, infringindo o inciso 6 do § 3º do Decreto Estadual n. 39.424/98, conforme descrito no Auto de Infração em discussão.

A ausência de infra-estrutura sanitária no local, alegada pelo empreendedor como decorrente da proibição de intervenção na área, pela Promotoria de Justiça e acatada pela Prefeitura Municipal, apenas reforça a gravidade dos danos ambientais causados pelo empreendedor ao implantar o referido loteamento sem o devido licenciamento ambiental. As condições sanitárias vividas atualmente pela população residente na área são preocupantes, pois, além dos riscos de contaminação por intermédio de vetores de doenças que se proliferam nessas condições, existe ainda o problema da água que vem sendo utilizada no abastecimento doméstico.

Conforme observado na vistoria a água que vem sendo utilizada para o atendimento às demandas domiciliares provem, em geral, de poços freáticos individuais perfurados pelos moradores. É importante salientar que não foi apresentado nenhum estudo referente à qualidade dessas águas subterrâneas. Todavia, conforme observação feita em campo, há locais onde as fossas negras utilizadas para a disposição dos efluentes sanitários, distam pouco mais de 3 metros dos pontos de captação de água.

Foi observado ainda o lançamento de esgotos domésticos "in natura" na calha de curso d'água, em lotes próximos à Av. 02, além de ligações elétricas clandestinas com fios condutores de energia em baixas alturas, cortando grande parte das vias. Tais fatos colocam em risco a população local, em especial as crianças, conforme descrição feita no Relatório de Vistoria (itens 14 a 19). Vale ressaltar que a população local reclama de uma elevada incidência de doenças infantis que podem estar ligadas à precariedade das condições sanitárias do local e, em alguns casos, do excesso de umidade nas moradias em função do afloramento de lençol freático no interior de algumas residências.

Logo, procede a constatação da irregularidade do empreendimento por causar poluição e/ou degradação ambiental que possam trazer danos à saúde humana tipificada no Art. 19, § 3º, item 8 do Decreto Estadual n. 39.424/98, conforme descrito no Auto de Infração em discussão.

CONCLUSÃO

Este Auto de Infração, lavrado durante o processo de licenciamento, em caráter corretivo, refere-se

Rubrica do Autor

Parecer Técnico DIURB N° 008/2003
Processo COPAM N° 004/1999/003/2002

Rogelystalt
PFA

feam



- à implantação de loteamento, já em processo de ocupação, sem a licença de instalação e licença de operação;
- à realização de atividade, que causou degradação ambiental provocando destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa;
- à ausência de infra-estrutura sanitária, causando poluição e degradação ambiental e comprometendo a saúde humana,

conforme verificado na vistoria do 30-09-2002, caracterizando as infrações cometidas, de acordo com os incisos 1,6 e 8 do § 3º do Art. 19 do Decreto Estadual n. 39424/98.

Com base no exposto e considerando o relatado acima, submetemos este Parecer Técnico às considerações da CIF/COPAM, ouvida a Assessoria Jurídica da FEAM, sugerindo a manutenção do Auto de Infração 1.163/2002 e recomendando a aplicação das penalidades cabíveis. (2)

Rubrica do Autor

Parecer Técnico DIURB Nº 005/2003
Processo COPAM Nº 004/1999/003/2002

Regilly Furtado
Assa

FEAM
PROTOCOLO Nº 014631/2003
DIVISÃO: DURB 17/09/03
MAT.: _____ VISTO: _____



RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 1: Vista parcial da área do Loteamento Manoel Brandão, mostrando ao fundo trecho de Mata Atlântica Semidecidual e parte do sistema viário implantado sobre parte desta Mata.



Foto 2: Vista de trecho de mata atlântica semidecidual na porção nordeste do loteamento, mostrando o estrato arbóreo fechado (adensado).



Foto 3: Vista da rua 13 onde ocorreu corte de vegetação arbórea para a abertura do sistema viário e construção de moradias. Pode-se observar a formação de sulcos erosivos ao longo desta rua.



Foto 4: Vista de lote da quadra 01 onde a vegetação de sub-bosque foi totalmente suprimida, bem como algumas árvores.



Foto 5: Vista da quadra 03, apresentando lotes com problemas de acesso, visto a diferença dos greides e apresentando baixo padrão construtivo das moradias.



Foto 6: Vista da quadra 19 com presença de vegetação típica de área de várzea ("taboa"). Observa-se ainda a retificação do curso d'água e aterramento da área de várzea para a implantação do sistema viário.



Foto 7 e 8: Surgências de água dentro de lote, localizado na quadra 01, onde o lençol freático apresenta-se a cerca de 20 cm de profundidade da superfície.





Foto 9: Vista de surgência de água na quadra 20 em local onde há lotes demarcados.



Foto 10: Vista da quadra 01, entre os lotes 14 a 16, mostrando erosões causadas pela abertura do sistema viário, supressão da cobertura vegetal e pela ausência de sistema de drenagem.



Foto 11: Vista de drenagem completamente comprometida pela presença de processos erosivos em estágio avançado, entre os lotes 15, 16, 48 e 49 da quadra 06.



Foto 12: Vista de trecho da quadra 29, mostrando a degradação e comprometimento para ocupação do terreno com possibilidades de danos às fundações de habitações.



Foto 13: Vista da Avenida 02, mostrando a retificação de curso d'água. Verifica-se assoreamento e o lançamento de esgotos 'in natura' na calha do mesmo.



Foto 14: Vista do curso d'água que foi retificado para a implantação da Avenida 02. Possível comprometimento da capacidade de vazão de curso d'água e riscos de inundações.



Foto 15: Vista geral da Avenida 02, mostrando a ausência de sistema de iluminação pública e a existência de "gatos" com altura entorno de 180 cm, ameaçando a segurança da população local.



Foto 16: Vista de lote da quadra 01, mostrando ausência de sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Existência de poços individuais próximos às fossas negras.



Foto 17 e 18: Devido a falta de infra-estrutura e a surgência do lençol freático em vários lotes, a população local passou a abandonar suas moradias.





AUTO DE INFRAÇÃO nº 1.163/ 2002

- Empreendimento: Loteamento Manoel Brandão
- Localização: Fazenda Campinho, Rodovia Pedro Leopoldo, Km 18 – Pedro Leopoldo
- Vistoria realizada no dia 30.09.2002

IEF

PARCERIA TÉCNICA

REFERÊNCIA :

Parcelamento do uso do solo
Isabel Cristina Almeida Alves
Antiga Fazenda do Campinho
Atualmente denominada Fazenda Mato Virgem
Município de Pedro Leopoldo
Coordenadas GPS 23° 05' 93.400 W 73° 16' 34.2



A propriedade se localiza em área de expansão urbana do município de Pedro Leopoldo, conforme Lei 2.191 de 23/05/99, com as seguintes confrontações: Herdeiros de José Sirqueira, Faz. Pica Pau, no município de Pedro Leopoldo; Faz. do Moimho, Faz. da Estiva, José H. Fonseca, Antônio Maneda da Silva, Diwar Robson dos Alves, Ino- biliz da Canada, Maria Lucia, Ribeirão dos Pilões, no município de Ribeirão das Neves, a referida área não se encontra inscrita nas delimitações da APA Carste Lagoa Santa.

Ocorre campo-sujo em grande área (parte) da propriedade pois, anteriormente foi utilizada para agricultura, observa-se que a tipologia denominada de Floresta Estacional Semidecidual, ocorre na propriedade em locais onde se pretende efetuar o parcelamento do solo, distribuídas aleatoriamente de forma adensadas. Principais espécies de ocorrência: Assa-peixe, goiabeira, Pau-d'óleo, coco-lacau, bacanga d'água, Embaúbas, Jacaranda, Jurubeba, aroeira, quaresmeira, etc. Fauna local: Passaros, Cobra. Hidrologia: pequeno córrego, uma lagoa no Ribeirão dos Pilões, presença de uma gruta, que conecta nas águas da água. Solo: Latossolo Roxo, com variações para latossolo amarelo claro, com afloramento de cascalho.

Nas áreas onde ocorre Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, não poderá ser efetuado o parcelamento do solo, pois a referida tipologia não é passível de exploração com corte raso, ou seja, não poderá ocorrer alteração do uso do solo §1º Art. 37º do decreto estadual 33.944/92 da Lei 10.561/91.

Nas áreas com declividades igual ou superior a 30%, não poderá ocorrer o parcelamento do solo, conforme Art. 3º inciso III da Lei 6766/79.

Nas áreas denominadas de preservação permanente, tais como: córrego e lagoa, adotar os seguintes procedimentos: Preservar em uma largura mínima de 30.00mts de vegetação nativa, de cada lado das margens do Ribeirão dos Pilões, conforme Art. 7º inciso II letra a do decreto estadual 33.944/92 da Lei 10.561/91 e Art 3º inciso I da Lei 6766/79.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Rua Alfredo Renault, 63 - Centro - Barbacona - MG - PABX: (032) 331-2033

IEF



Preservar em uma largura mínima de 30.00mts com vegetação nativa
ao redor da lagoa, conforme Art. 7º inciso III letra a do decreto
estadual 33.944/92 da lei 10.561/91 e Art. 39º inciso I da Lei 6766
/70.

Somos favoráveis ao parcelamento do solo, desde que em
áreas onde ocorra campo-sujo, pois é passível de alteração do uso
do solo, conforme § 2º do Art. 37º do decreto 33.944/92 da lei 10.
561/91.

Pedro Leopoldo, 09 de Julho de 1998

Eda T. ...

Kelly S. Werneck Dias
Eng. Florestal - CREA 45.462/0

Processo nº 004/1999/003/2002

Ref: Defesa relativa ao Auto de Infração nº 1163/2002

Apresentado por Tennessee Empreendimentos Ltda

PARECER JURÍDICO

1) Relatório:

1 – A empresa Tennessee Empreendimentos foi autuada como incurso nos itens 1, 6 e 8 do §3º, do artigo 19, do Decreto nº 39.424/98, por cometido as seguintes irregularidades:

" implantação do loteamento, já em processo de ocupação, sem a Licença de Instalação - LI e a Licença de Operação - LO.

Realizar atividade que cause degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual, para a abertura de sistema viário; intervenção direta em Áreas de Preservação Permanente (APP's) de nascente e cursos d'água, através de aterro e ocupação das mesmas por lotes e sistema viário; retificação de curso d'água e desencadeamento e desenvolvimento de processos erosivos provocando o assoreamento de cursos d'água.

Ausência de infra-estrutura sanitária com o lançamento do esgoto "in natura" em curso d'água ou dispostos em fossas negras situadas a pequenas distâncias dos pontos individuais de captação de água e abastecimento. Verificou-se também a queima e disposição inadequada dos resíduos sólidos gerados na área. "

2 – O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível. Tempestivamente, a empresa apresentou sua defesa, alegando em síntese que:

- em 5-7-1997, a proprietária do imóvel requereu à Prefeitura de Pedro Leopoldo aprovação de Parcelamento Urbano, em área de expansão urbana consolidada;
- cumpriu todas as obrigações exigidas pelo Município de Pedro Leopoldo, obtendo a aprovação do loteamento (15-6-1998) e o seu registro no Cartório de Imóveis;
- a Resolução CONAMA 237 é posterior ao requerimento de aprovação da planta de parcelamento, a ele não se aplicando;
- em relação a suposta irregularidade de implantação do loteamento sem as Licenças de Instalação e Operação, não é possível defender-se, por não caracterizar o Auto de Infração a norma jurídica que contém a exigência;
- não houve degradação ambiental por cortar Floresta Atlântica Semidecidual, pois a flora local, abrangida por aproximadamente 90% do loteamento, caracteriza-se pelo tipo "Cerrado";
- os poucos fragmentos de "floresta estacional semidecidual" somente podem ser identificados próximo ao local alagadiço, não caracterizando a tipologia dessa região;

Assinada

foam

- não ocorreu intervenção direta em APP de nascentes e cursos d'água por lotes e sistema viário, pois, em hipótese alguma, eles alcançaram essa área;
- o assoreamento ocorrido nos últimos anos e a obstrução do escoamento fez com que, no período chuvoso, crescesse o limite do espelho d'água, alterando aparentemente o que seria a APP, mas que é uma área temporária de várzea;
- sobre o pretensão aterramento de nascentes, deve-se considerar que a abertura do sistema viário também provocou a retenção de água da chuva, e como seu escoamento para os aquíferos mais profundos não tem sido satisfatório, tem ocorrido o represamento em lençóis rasos (aluviação), que não são nascentes;
- de forma alguma a abertura do sistema viário modificou estes ou outros cursos d'água, provocando a retificação dos mesmos ou seu assoreamento;
- em relação à ausência de infra-estrutura sanitária e queima e disposição inadequada de resíduos sólidos, os questionamentos indevidos do Ministério Público e acatados pelo Município, com proibição de intervenção na área, impedem qualquer solução de sua parte;
- se dispõe a realizar os projetos necessários, quanto à reposição vegetal, drenagem, ou correção da erosão, aguardando que o Município promova o desimpedimento legal do projeto;

3 – O Parecer Técnico de fls. informa, em síntese, que o licenciamento ambiental de loteamentos de solo urbano é de competência do COPAM, sendo que a anuência prévia da SEPLAN refere-se a aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos urbanos pelos Municípios.

Assevera que improcede a alegação de não ter havido degradação ambiental causada pelo empreendedor por cortar Floresta Atlântica Semidecidual, já que as interferências promovidas para a instalação do empreendimento exigiram a supressão de remanescentes daquela floresta, apesar de também ocorrer a tipologia cerrado na área do empreendimento. Tal afirmação é, inclusive, corroborada pelo Parecer Técnico do IEF.

Quanto à alegação de não ter ocorrido intervenções em APP, o Parecer Técnico demonstra justamente o contrário, consoante verificado na transcrição de um trecho do Auto de Fiscalização de 30-9-2002.

Informa, ainda que o assoreamento ocorrido na área corresponde ao processo de acumulação excessiva de sedimentos, nas vias hídricas, em locais onde a deposição do material prepondera em relação a sua capacidade de transporte.

Handwritten signature



foam

Relativamente à ausência de infra-estrutura sanitária no local apenas reforça a gravidade dos danos ambientais causados pelo empreendedor ao implantar o loteamento sem o devido licenciamento ambiental. Ressalta que as condições sanitárias atualmente vividas pelos residentes da área são preocupantes, pois além dos riscos de contaminação por intermédio de vetores de doenças, existe ainda o problema da água que sem sendo utilizada no abastecimento doméstico.

Acrescenta que se observou, ainda, o lançamento de esgotos domésticos "in natura" no curso d'água, além de ligações elétricas clandestinas com fios condutores de energia em baixas alturas; tais fatos colocam em risco a população local, em especial as crianças. Ressalta que a população local reclama da incidência de doenças infantis, que podem estar ligadas à precariedade de condições sanitárias do local e, em alguns casos, do excesso de umidade nas moradias em função do afloramento do lençol freático no interior de algumas residências. Por derradeiro, recomenda a aplicação das penalidades cabíveis.

II) Conclusão:

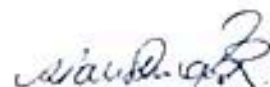
Do ponto de vista jurídico, não foram apresentados argumentos que pudessem descaracterizar as infrações cometidas. A respeito da suposta impossibilidade de defesa quanto à irregularidade decorrente da falta das licenças, cumpre dizer que tal alegação é totalmente improcedente, haja vista que a referida exigência encontra-se prevista na Deliberação Normativa COPAM 01/90, bem como na Resolução CONAMA 237/97 e no Decreto 39.424/98. Além do fato de que *"ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece"*, ressalta-se que autuada sabia da necessidade do licenciamento, tanto que já havia obtido a Licença Prévia para o empreendimento, em 25-6-1999.

Todavia, uma vez que não constou do Auto de Infração a disposição regulamentar referente à falta da Licença de Instalação (qual seja, o item 1, §2º, art. 19, do Decreto 39.424/98) – requisito essencial quanto à validade do ato - a empresa não poderá ser penalizada, no tocante a tal irregularidade.

Por derradeiro, remetemos os autos à Câmara de Atividades de Infra-Estrutura do COPAM, sugerindo a aplicação de **03 (três) multas, nos valores de R\$ 26.603,56, cada, acrescidas em até um terço em razão da agravante "atingir área sob proteção legal" (APP)**, nos termos do artigo 1º, inciso III, alínea "b" (infração gravíssima, porte médio), c/c artigo 2º, § 1º, inciso I, c/c art. 3º, inciso II, alínea "f", DN COPAM 27/98, alterada pela DN 64/03.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 03 de abril de 2003.


Ana Paula Durães Rabelo
Consultora FUNDEP
OAB/MG 76.603